



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES**  
**Secretaria Executiva**  
**Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT**  
**Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação – CTPII**

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE POLÍTICAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO**  
**– CTPII**

**EXERCÍCIO DE 2021.**

**Abertura:** Aos 10 dias do mês de março de 2021, na Sala de Reunião Virtual, acessada pelo link: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/mcti-cggf>, na Plataforma Conferência Web, da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, foi iniciada a reunião, com a participação dos seguintes membros: o Secretário de Empreendedorismo e Inovação do MCTI, **Paulo César Rezende de Carvalho Alvim**, da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação – SEMPI, como Presidente; o Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, **General Waldemar Barroso Magno Neto**; o Secretário de Estruturas Financeiras e de Projetos do MCTI, **Marcelo Gomes Meirelles**, da Secretaria de Estruturas e de Projetos – SEFIP, além de contar com a presença virtual dos seguintes convidados: o Secretário-Executivo Adjunto do MCTI, Carlos Alberto Flora Baptistucci; os membros da Finep: Adriano Alves Faria Lattarulo – Diretor Financeiro, de Crédito e Captação, Alberto Dantas – Diretor de Inovação, Marcelo Silva Bortolini de Castro – Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Janaína Prevot Nascimento – Superintendente da Secretaria Executiva do FNDCT, Rafael Ansaloni Fortes – Superintendente de Planejamento, e Felipe A. Caetano de Bastos – Assessor da Presidência, além dos servidores do MCTI: Thales Marçal Vieira Netto – Chefe de Gabinete da SEMPI, Cibele Martins da Costa – Chefe de Gabinete Substituta da SEFIP, Johnny Ferreira dos Santos, Diretor do Departamento de Governança Institucional – DGI, Yuri Rafael Della Giustina, Coordenador-Geral de Governança de Fundos – CGGF, Paula Regina Comin Cabral, Coordenadora de Gestão de Fundos – COGEF, Marcela Galo Teodoro – Assistente/CGGF, Elenice Teresinha Thomas Carvalho – Assistente Técnico/COGEF e Sílvia Cássia da Silva da CGGF. O Sr. Yuri da CGGF iniciou agradecendo a presença de todos os participantes e falou que conforme combinado na última Reunião da CTPII, a portaria nº 4.502, de 25 de fevereiro de 2021, foi publicada no Diário Oficial da União do dia 03 de março de 2021. Esta portaria estabeleceu que os representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI na Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação – CTPII são formados pela: SEMPI, SEFIP e pela Finep, além de contar com a recondução do atual presidente, para o período de mais um ano. O Sr. Yuri informou ainda que os documentos disponibilizados pela Finep foram recebidos no dia 09.03.2021 e encaminhados aos membros da Câmara Técnica no mesmo dia. Em seguida, informou que será apresentada a Nota Técnica e a minuta de portaria. Os Senhores Marcelo Gomes Meirelles e o General Waldemar Barroso Magno Neto cumprimentaram os presentes. Na sequência, o presidente da Finep faz uma breve contextualização da última reunião da Câmara Técnica, lembrando que o integrante anterior era, na ocasião o Sr. Vitor. Naquela reunião foi elaborada uma proposta, que foi amplamente discutida, e nela foram inseridos alguns pontos que resultaram na portaria MCTIC nº 1.819/20, principalmente em função de questões abordadas pelos órgãos de controle. Internamente também foram discutidos pontos acerca da equalização para a realização de empréstimos não oriundos de recursos do FNDCT. Em suma, o presidente da Finep destacou que as discussões sobre o uso de equalização para o fomento da inovação pelas empresas nacionais por meio de financiamento reembolsável foram abordadas na portaria nº 1.819, visando dar um novo tratamento ao assunto. Além disso, foi realizado um direcionamento maior por parte da Finep nos contratos realizados em 2020, que eles estejam alinhados às prioridades da pasta ministerial. Com esta nova proposta de portaria foram incluídas as prioridades do Ministério como pontos para serem bonificados nas propostas a serem equalizadas. Prossegue informando que outro aspecto já contemplado na minuta de portaria, é o que

está relacionado à interação entre ICT, indústria e academia, que foi um assunto bastante demandado pelo CD/FNDCT. Na outra proposta de portaria, feita pela Câmara Técnica, foi proposto um bônus, para o caso de haver empréstimos nos contratos envolvendo empresa e ICT. Continua explicando que, naturalmente, quando se trata de índices envolvendo a equalização, deve ser levado em consideração a intensidade de inovação, os temas prioritários do ministério, o porte da empresa e a cooperação entre empresa e ICT. No tocante ao porte da empresa a proposta é de maior incentivo para as menores. Logo na nova proposta de portaria, alinhada às prioridades do Ministério, mas com grandes empresas, elas receberão uma equalização menor, se comparado às empresas menores. Estes enquadramentos foram inseridos no anexo. Informa que na nova minuta de portaria foi introduzida uma proposta voltada aos temas prioritários do ministério, com a atribuição de bônus (se forem empresas menores, maior o bônus). No anexo foram inseridos os programas, bem como o limite para a equalização. Na sequência, o Sr. Rafael Ansaloni da Finep inicia a apresentação da nova proposta de portaria, abordando os pontos que serão alterados, e que estão destacados em vermelho. No tocante ao art 1º, explica que se trata de ajustes de forma e que foi incluído o título do produto (apoio direto à inovação). As linhas tradicionais permanecem com o mesmo percentual de equalização. Dando continuidade, trata das ações emergenciais e posteriormente aborda a primeira mudança importante: na versão anterior, os programas 2 e 3 eram sobre IOT e educação; na nova proposta, passariam a ser tratados, como programa 2 os temas prioritários, definidos pelo ministério. As mudanças referentes aos temas prioritários estão inseridas no anexo. Outra mudança, seria sobre o acesso aos bônus para as empresas que, anteriormente era de 20% da TJLP para as IOTs e de 20% ou 10% da TJLP para educação, de acordo com a linha. A nova proposta é que os temas funcionem como um guarda-chuva, cabendo à Câmara Técnica propô-los conforme o momento. Tratou ainda sobre a diferenciação: projetos de empresas com receita bruta até 300 milhões: bônus de 20% da TJLP e os demais: bônus de 10% da TJLP. Foi incluído o parágrafo 2º que trata da lista dos temas prioritários, que serão objetos de bônus, e que constarão no anexo I da portaria. Em seguida, o Sr. Meirelles aponta algumas questões relacionadas à primeira tabela, que vão desde a linha 1,2,3 e 4 até as ações emergenciais, fato já manifestado por ele em outras reuniões. Fala sobre a linha de equalização, e cita, por exemplo a colocação do tema Inovação Crítica em 90% da TJLP. Opina que é contrário a colocar o percentual da TJLP, pois isso acaba condicionando toda a execução do FNDCT às variações da TJLP, conseqüentemente, implicando em um consumo excessivo do FNDCT para o pagamento de equalização, inviabilizando as ações não reembolsáveis, por ser um incentivo às ações reembolsáveis, visto que existe uma pressão grande, principalmente após a lei 177 de aumentar o percentual de valores para as operações reembolsáveis e que existe um alinhamento das empresas em relação a buscar mais recursos reembolsáveis. De certa forma, existe um estímulo para isso, pois até mesmo para a Finep, isso representa um retorno de recursos (o reembolsável vai e volta) e tem uma afetação positiva até mesmo no balanço da empresa, ao fim das contas, mas em contrapartida, inviabiliza o recurso não reembolsável. Explica que todas as vezes em que existem percentuais de equalização muito altos e variáveis, estimulando operações reembolsáveis, drenam-se recursos que poderiam ir para a ciência básica, que é a destinação natural do recurso público, priorizando recursos para a empresa. Cita que esse foi um modelo muito visto na Finep a partir de 2011 em diante, e em sua opinião, esses percentuais fixados em cima da TJLP e colocados com bônus além do que está colocado na linha, inviabiliza a ciência básica com recursos do FNDCT. Apontou ainda que esses percentuais foram definidos pela comissão anterior, mas volta a frisar que não concorda com estes percentuais, e que os considera exagerados, e que em determinados momentos, poderá ser um estímulo para drenar recursos da ciência básica (que é obrigação do Estado) e canalizar recursos do FNDCT para a equalização. Continuou apontando que mesmo a Finep envidando esforços para reduzir a equalização na gestão atual, basta olhar como será utilizado os 510 milhões do orçamento do FNDCT para este ano. Mais de 50% do recurso do FNDCT disponível, não cabendo entrar em discussões como: se existe muito contingenciamento ou não, se o PLP 135 terá vetos ou não, como a economia tratará fundo especial contábil e financeiro. Mas vendo de uma posição pragmática, é só verificar o orçamento do FNDCT para este ano e o quanto será drenado para a equalização, mesmo com uma baixa execução de reembolsável no ano passado, se tivesse mais reembolsável, maior seria o comprometimento com equalização e quanto tem disponível hoje para o Ministério e a Finep fazerem chamadas com recursos do FNDCT não reembolsável. Informa que se trata de percentuais muito elevados e acredita que deverá haver uma conversa com os demais integrantes da Comissão, para avaliar o que poderá ser feito. Os valores da TJLP são muito variáveis e questiona quanto estará a TJLP nos próximos anos, fala que é algo incerto de responder. Sobre os temas prioritários, não tem nenhuma colocação a ser

feita. Na sequência, o presidente da Finep faz suas considerações, e falou que a própria Câmara Técnica coloca um limite para a equalização e para cada projeto há uma monitoração. Cabe a Câmara Técnica estabelecer um limite, no caso específico que está na PLOA são 256 milhões, não ultrapassando esse valor. Com relação a TJLP, foi estabelecido um limite que não poderá ultrapassar 90% da TJLP. Começa com 90%, e pode haver queda, mas jamais o empréstimo permitirá que a taxa de juros ultrapasse o valor da TJLP. Caso isso já tenha ocorrido, não acontecerá novamente. Destaca estes dois pontos: o limite é estabelecido pela Câmara Técnica e na nota técnica, a portaria estabelece que o empréstimo não permitirá que o percentual ultrapasse a TJLP. Quando se trata de inovações críticas, infelizmente poucas empresas chegam a apresentar inovação crítica, também existem poucas empresas de inovações pioneiras e a grande maioria fica na linha de inovação para competitividade, com equalização de 50% da TJLP. O Sr. Waldemar esclarece que o questionamento apresentado é importante e deverá ser mais bem repensado. Dando continuidade, o Sr. Alberto Dantas da Finep passa a fazer uma breve explanação e fala acerca dos projetos. Inicia falando que no ano passado não houve nenhuma inovação crítica, no ano retrasado, houve apenas uma, e pouquíssimas chegam à inovação pioneira. De inovação pioneira para crítica, o projeto estaria apto a contar com recursos de subvenção. É muito difícil projetos na área crítica pioneira, a maioria deles é para competitividade. O Sr. Rafael Ansaloni da Finep dá continuidade e passa a demonstrar a tabela com a revisão da portaria nº 1.819. O Sr. Meirelles aborda que mesmo considerando os pontos apresentados pela Finep, uma vez feita uma operação reembolsável com esses percentuais, hoje, levanta algumas hipóteses: ou futuramente será consumida muita equalização, ou, o empréstimo será inviabilizado, ou, não será paga a equalização para a Finep, com reflexo na empresa, no seu ponto de vista, seria um péssimo negócio. Volta a reiterar que em sua opinião, essa variação de: 10, 50, 70 e 90% são percentuais muito elevados. Os últimos cálculos realizados da TJLP e apresentados ao Sr. Ministro estavam na casa de 4,40, estes são os valores hoje, em média. Faz um comparativo com os anos anteriores, onde estava em 14, 18. Nesse cenário passado, a equalização era de 90% de 14 ou 90% de 18. Considera que com esses percentuais, essa seria uma operação inviável. Relembra o cenário no início da gestão, onde os percentuais elevados do FNDCT iam para realizar empréstimos para as empresas, em detrimento das ações de ciência básica. Volta a frisar que os percentuais são muito elevados, porém entende o anseio de que existe uma possibilidade de se buscar uma atratividade para as operações reembolsáveis, gerando muitas implicações. Fala que a algum tempo já vem alertando para essas questões de que é necessário buscar outras alternativas. O Sr. Thales da SEMPI levanta a ideia de se adotar o mesmo modelo do Funttel, que aparentemente parece ser mais atrativo e sugere verificar a possibilidade de se utilizar o modelo adotado no Funttel, se isso seria legal, visto que hoje ele é mais atrativo. O Sr. Meirelles explica que no caso do Funttel é realizado o pagamento através de TR, o recurso é idealizado através de TR + *spread*. Hoje a TR é próxima a zero e o FNDCT, paga atualmente TJLP. O Presidente da Finep levanta o assunto, de que anteriormente a equalização era um percentual fixo (2,5%, por exemplo) e por proposta dos Secretários: Paulo Alvim e Baptistucci, foi alterada para um percentual da TJLP (50% da TJLP, por exemplo), isso foi uma evolução, pois a equalização diminuiu acompanhando a queda da TJLP. Vendo hoje, a equalização diminuiu, no seu ponto de vista houve uma evolução. Hoje existe uma tendência de queda da TJLP. A Câmara Técnica se reúne monitorando essa questão. Volta a frisar que em todas as apresentações dos projetos reembolsáveis existe um quadro de consumo de equalização e monitoramento pela área financeira. O Sr. Waldemar concorda com os pontos expostos pelo Sr. Meirelles, mas acredita que esse modelo de percentual é uma evolução, indica um controle e essa proposta veio dos próprios secretários. Concorda também que seja algo a ser repensado. O Sr. Meirelles concorda que se trata de um tema complexo e está colocado em várias frentes de discussão. Também avalia que o percentual da TJLP em relação a um valor fixo é importante, mas em contrapartida deverá ser repensado os percentuais colocados. Também, avalia que uma vez que a operação de empréstimo é contratada no início com a taxa atualmente vigente, se for uma inovação crítica, será contratada com uma equalização de 90% da TJLP, conseqüentemente a parcela da equalização também vai variar. Demonstra estar preocupado, pois existe uma tendência de isso ser algo positivo e olhando no fim das contas se tornará positivo para todos: para a empresa e para a Finep. Frisa novamente que esse é um ponto a ser repensado, apesar de concordar que o percentual da TJLP é um avanço, mas parece que o percentual de equalização colocado em cima da TJLP terá um reflexo muito grande no futuro. Sugere que sejam aplicadas novas taxas, propondo novos percentuais, como por exemplo 10, 50, 70, 90. Por fim, relembra que as decisões tomadas ficam registradas e perduram por algum tempo. Dando prosseguimento, o Sr. Alberto Dantas, concorda com o posicionamento do Sr. Meirelles e diz que

realmente faltam recursos para a pesquisa básica, mas em contrapartida, afirma que o que são de fato financiados são os projetos, e não as empresas, destaca que existe toda a análise do projeto que é realizada, a fim de identificar e enquadrar cada projeto e em que linha de inovação ele será incluído. Destacou também que grande maioria dos projetos trazem retorno para a sociedade, ou por meio do desenvolvimento da empresa, ou por meio da geração de empregos. Citou o modelo da Tramontina e da Natura, que através dos recursos reembolsáveis na empresa, elas tiveram a oportunidade de se projetar na área internacional. Concorde com o levantamento do Sr. Meirelles sobre os recursos para pesquisa básica, mas também destaca que esse recurso chega nas empresas, em algum momento frisa, essas pesquisas chegam até as empresas. O Sr. Meirelles não concorda com o ponto de vista levantado pelo Sr. Dantas da Finep e sabe que este não é o momento oportuno para tratar desta questão. Ressalta que existe um estímulo muito grande às empresas e percebe que dos últimos anos para cá, o foco está nas empresas. Em seguida, o Sr. Waldemar, acredita que seja importante repensar e recalcular, pois trata-se de uma ligação em cadeia e os sistemas são interligados. O Sr. Paulo Alvim, presidente da Câmara Técnica inicia sua explanação e se diz preocupado, justamente com os pontos elencados pelo Sr. Meirelles. Mostra-se preocupado com os impactos futuros. Diz não querer entrar no mérito de envolver ICT e fala que o problema todo é uma questão de conta. O Sr. Meirelles retoma e diz entender que essa mudança realizada no passado, de tirar uma taxa fixa e colocar um percentual da taxa é adequado, mas quando se fala em equalizar 90% da TJLP e em caso de ser uma empresa menor, em alguns casos pode ocorrer uma bonificação, então, é possível chegar a 110% da TJLP, de equalização. Acredita também que haverá uma pressão grande para utilizar estes recursos, porém os empréstimos serão realizados com uma taxa de equalização com TJLP, onde futuramente ninguém sabe como estará. Teme que no futuro, não haverá recursos dentro do orçamento para pagar a equalização. Volta a falar que sua proposta é repensar o percentual de equalização, pois no final o que será decidido é estimular operação reembolsável para as empresas, em detrimento da pesquisa básica, acaba sendo vantajoso pois ela paga uma taxa menor e para a Finep também, que está viabilizando. No seu ponto de vista se mata a pesquisa básica e a possibilidade de recursos para chamadas. O Sr. Carlos Alberto, que participa como ouvinte, explana e reforça a fala do Sr. Meirelles que o orçamento do não reembolsável tem decaído ano a ano e cita uma fala dele que é fundamental para a discussão em pauta: a Finep não tinha por hábito fazer uma projeção do quanto a equalização já contratada impactaria nos orçamentos dos anos seguintes. Se em 2022 tivermos uma redução do orçamento da ordem de 20%, em 2.021 foi da ordem de 15%, se em 2022 ocorre uma redução do orçamento, em função da pandemia, por exemplo, poderiam ser retirados em torno de 100 milhões do orçamento do FNDCT e muito provavelmente todo este orçamento será consumido com equalização, taxa de administração e despesa operacional. Talvez a Finep não tenha orçamento para realizar o pagamento da equalização. Poderiam ocorrer casos de inadimplência da própria Finep em relação ao FNDCT e perante os não reembolsáveis do FNDCT, gerando um problema muito grande. A sugestão é que poderia se tomar como base a projeção já contratada de equalização para os anos vindouros, ou seja, o que já existe de impacto contratado nos anos anteriores que irá impactar a equalização de 2021. Ressalta que tão importante quanto estar preocupado com a operação da Finep, é estar preocupado com o impacto que essas contratações de equalização irão causar no futuro e tomar como base esse impacto para fazer uma proposta. O Sr. Alvim aponta que esse foi o motivo de sua preocupação e concorda com o posicionamento do Sr. Meirelles, reforçando que é necessário fazer contas. O presidente da Finep informou que estes cálculos futuros já existem e poderão ser apresentados em outro momento, preliminarmente às discussões referentes às taxas. O Sr. Alvim entende que isso seja uma premissa para a discussão. O Sr. Waldemar concorda. Dando continuidade, o Sr. Latarullo da Finep acrescenta falando que a projeção já contratada será demonstrada em uma data posterior. Do valor de 256 milhões que foram injetados no CT-PETRO, 247 milhões já foi contratado e o valor já foi liberado. O valor será consumido em equalização, porém existem vários aspectos que impactam o consumo de equalização. As empresas que estão liquidando antecipadamente estão vendo que existem empréstimos mais baratos em outros bancos. Para este ano havia uma previsão de 279 milhões, e desse valor, 38 milhões foram de economia de equalização. Deste teto de 254 milhões, foram gastos 240 milhões e que foram remanejados para projetos. Dos 256 milhões, a previsão de gastos para fevereiro é de 240 milhões. Finalizando, reitera que as projeções para os próximos anos serão realizadas, para que não ocorra uma situação de indisponibilidade de recursos para pagar a equalização. O Sr. Baptistucci agradece a presença de todos e informa que precisará se retirar da reunião, visto que terá outro compromisso. Em seguida, o Sr. Alvim sugere que a reunião seja interrompida, com vistas a esclarecer essas informações, trazendo

estes estudos, para voltar à deliberação da Câmara Técnica. O Sr. Meirelles reitera informando que gostaria que os percentuais apresentados fossem revistos e que ele vem acompanhando a variação da TJLP, que no mercado de futuro variou em torno de 30%. O Sr. Alvim esclarece que não é possível deliberar acerca do assunto nesta reunião e solicita à Finep que os percentuais sejam revistos, levando em conta o comprometimento futuro já existente. Fala que os próximos cenários serão ainda mais complexos e reforça que gostaria de ponderar este aspecto para uma retirada de pauta e a reunião seja paralisada, retornando assim que houver uma nova proposta por parte da Finep. O Sr. Waldemar acredita que é importante retomar, pois trata-se de um compromisso. Assim que a simulação for realizada, será necessário analisar se também estará ao alcance da Finep, pois poderá ter uma margem de atuação pequena. Mas destaca que é necessário fazer a análise para verificar os impactos futuros. Frisa que a carteira de projetos já está sendo diminuída e cita um fator importante que é a redução da PLOA, pois existem obrigações já assumidas. O Sr. Yuri da CGGF informa que a Câmara técnica precisaria se reunir antes de levar a proposta do plano anual de investimento do FNDCT para o Conselho e informa que há uma reserva de agenda do Sr. Ministro para que a primeira reunião do CD/FNDCT seja convocada para o dia 08 de abril. Ressalta que é necessário o retorno da Finep acerca da revisão dos pontos colocados o mais breve possível, para que seja dado andamento à edição de portaria até a data da Reunião do CD/FNDCT. O Sr. Paulo Alvim sugere que a próxima reunião seja no período de 20 a 30 de março. O Sr. Yuri entende que esse prazo ficaria apertado, visto que ainda será necessário publicar a resolução da Câmara Técnica, para na sequência, encaminhar para o Sr. Ministro para a publicação de portaria, e posteriormente entrar no plano de investimento, tudo até o dia 08 de abril. A outra sugestão seria a Finep apresentar a nova proposta e ser colocado em deliberação, sem a necessidade de chamar uma nova reunião. O Sr. Meirelles retoma e gostaria de esclarecer que toda a proposta apresentada já foi vista, e sua maior inquietação é com relação aos percentuais, pois inviabiliza a questão da pesquisa básica, como já foi amplamente discutido. Ressalta, novamente que haverá uma pressão muito grande pela disponibilização de recursos reembolsáveis para a indústria, que comprou muito a ideia do FNDCT. Fala ainda, que houve o apoio da CNI nas mudanças do FNDCT, pensando na disponibilização do recurso reembolsável. Esse aumento de 25% para 50% com a TJLP como taxa de captação, poderá inviabilizar o FNDCT ou inviabilizar as operações da Finep, podendo trazer uma pressão muito grande para o MCTI e a Finep. Volta a frisar que todos esses pontos deverão ser considerados, pois o que está em jogo é a implicação para todo o sistema nos próximos anos. Frisa que o impacto deste ano para frente será muito grande. O Sr. Alvim concorda com o ponto de vista exposto pelo Sr. Meirelles e diz ter ficado preocupado com a mesma questão. Sua inquietação é com a volta de situações já encontradas anteriormente. O Sr. Waldemar da Finep retoma e faz um breve comparativo acerca dos percentuais, falando que o olhar do passado já não é mais aplicável nos dias de hoje, podendo ser visto hoje como um problema. Conclui que essa percepção de quem está vendo de um contexto diferente precisa ser trabalhada. O Sr. Meirelles retoma falando acerca do seu ponto de vista: estão equalizando a maior parte da taxa. Reforça sua opinião dizendo que não está suscitando a possibilidade de retornar a taxa fixa, mas continua acreditando que os percentuais de 50, 70, 90 são muito elevados, pois poderá existir um alinhamento de interesses que poderá ser benéfico para todo mundo, exceto para a ciência brasileira. O Sr. Waldemar da Finep conclui dizendo que o Sr. Meireles conseguiu visualizar que o percentual de 90% da TJLP comparado aos 4,5% não foi percebido como um problema na época da elaboração da portaria 1.819/20, mas agora o 90% da TJLP é percebido como grande, coisa que não era quando passou de 4,5% para 90% da TJLP. Entendido esse ponto, as solicitações serão realizadas e haverá a marcação de uma nova reunião. Consultado, o Sr. Yuri da CGGF informa que a agenda depende basicamente dos membros da Câmara Técnica, o quanto antes, melhor. O Sr. Paulo Alvim sugere que a reunião seja realizada até sexta-feira. Com todos os membros da Câmara Técnica de acordo, a próxima reunião ficará agendada para sexta-feira, dia 13.03.2021, das 15 às 16 hs. O Sr. Waldemar retoma e faz um breve resumo das ações a serem adotadas pela Finep até a próxima reunião que são: estudo para definição dos índices considerados elevados pelos representantes da Câmara Técnica e verificar o comprometimento futuro de equalização de modo a garantir a disponibilidade de recursos para financiamento não reembolsável para pesquisa e desenvolvimento em ICTs e empresas, principalmente com a possibilidade de destinação de até 50% da arrecadação anual estimada para o FNDCT para os empréstimos reembolsáveis. Em síntese o Sr. Paulo Alvim informa que os membros da Câmara Técnica aguardam uma contraproposta e uma reanálise da Nota Técnica. Com todos os membros da Câmara Técnica de acordo, a proposta apresentada foi analisada e foi solicitada uma reconsideração. Encerradas as discussões, ficou acordado que assim que a Finep

tenha uma nova proposta, seja realizado o envio antes da data sugerida para a próxima reunião. Sem mais deliberações, o Presidente Paulo César Rezende de Carvalho Alvim agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

**PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM**

Presidente da Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação

**GENERAL WALDEMAR BARROSO MAGNO NETO**

Membro - Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

**MARCELO GOMES MEIRELLES**

Membro da Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim, Secretário de Empreendedorismo e Inovação**, em 06/04/2021, às 08:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Gomes Meirelles, Secretário de Estruturas Financeiras e de Projetos**, em 06/04/2021, às 15:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WALDEMAR BARROSO MAGNO NETO (E), Usuário Externo**, em 13/04/2021, às 19:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6928355** e o código CRC **72685F79**.